

**PROJETO DE LEI Nº                      , DE 2012**  
**(Do Sr. Carlaile Pedrosa)**

Acrescenta dispositivo à Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, que “Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei define como crime utilizar dispositivo portátil que emita raios laser em evento esportivo.

Art. 2º O art. 41-B da Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação;

“Art. 41-B. ....

§ 1º .....

III – utilizar, durante evento esportivo, dispositivo portátil que emita raios laser.

.....(NR).”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Dispositivos portáteis que emitem raios laser podem causar danos graves à visão. Usados tradicionalmente por palestrantes para apontar detalhes em projeções, tornaram-se um brinquedo popular nos últimos anos.

"Na potência adequada, ele não será lesivo para os olhos, mas não há controle. Não existe nem uma regulamentação da Anvisa", diz o oftalmologista Virgílio Centurion, do Instituto de Moléstias Oculares. Centurion explica que o laser pode atravessar a córnea e o cristalino e chegar até a retina. "Se ele cair no centro da mácula (ponto junto à retina que concentra as células responsáveis pela visão em cores), o calor produzido provoca uma queimadura com reação inflamatória muito grande. O paciente pode perder a visão central", explica.

As chamadas "canetas laser" também se tornaram artefatos comuns em campos de futebol, utilizados por torcedores para confundir jogadores, principalmente os goleiros, e os juízes. Trata-se de uma conduta que põe em risco a integridade física dos atletas e dos árbitros.

A par disso, sua utilização se presta para promover tumulto e incitar a violência entre torcidas.

Impõe-se, portanto, sua tipificação penal em sede própria, qual seja, no Estatuto de Defesa do Torcedor, objetivando colocar fim a esta prática.

Conto com o apoio dos ilustres Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em            de março de 2012.

Deputado Carlaile Pedrosa